

# Campeões de desmatamento

Evaristo Eduardo de Miranda<sup>1</sup>

Há 8 mil anos, o Brasil possuía 9,8% das florestas mundiais. Hoje, o País detém 28,3%. Dos 64 milhões de quilômetros quadrados de florestas existentes antes da expansão demográfica e tecnológica dos humanos, restam menos de 15,5 milhões, cerca de 24%. Mais de 75% das florestas mundiais já desapareceram. Com exceção de parte das Américas, todos os continentes desmataram, e muito, conforme revela o estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite sobre a evolução das florestas mundiais<sup>2</sup>.

A Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas do Planeta e hoje tem apenas 0,1%. A África possuía quase 11% e agora 3,4%. A Ásia já deteve quase um quarto das florestas mundiais (23,6%), agora possui 5,5% e segue desmatando. No sentido inverso, a América do Sul, que detinha 18,2% das florestas, agora detém 41,4%, e o grande responsável por esses remanescentes, cuja representatividade cresce ano a ano, é o Brasil.

Longe de estar encerrada no passado, essa tendência se mantém e se o desflorestamento mundial prosseguir no ritmo atual, o Brasil – por ser um dos que menos desmataram – deverá deter no futuro quase metade das florestas primárias do Planeta. O paradoxo é que, ao invés de ser reconhecido pelo seu histórico de manutenção da cobertura florestal, o País vem sendo severamente criticado pelos campeões do desmatamento e paulatinamente alijado da própria memória.

Na maioria dos países europeus, africanos e asiáticos, a defesa da natureza é um fenômeno re-

cente. Mas a preocupação com a preservação florestal no Brasil vem de longa data. Desde o século 16, no início do povoamento português, as Ordenações Manuelinas e Filipinas estabeleceram regras e limites para exploração de terras, águas e vegetação. Em 1550, já havia uma lista de árvores reais, protegidas por lei, o que deu origem à expressão madeira-de-lei. O *Regimento do Pau-Brasil*, de 1600, estabeleceu o direito de uso sobre as árvores mas não sobre as terras, consideradas reservas florestais da Coroa. Elas não podiam ser destinadas à agricultura. Essa legislação garantiu a manutenção e a exploração sustentável das florestas de pau-brasil até 1875, quando entrou no mercado a anilina<sup>3</sup>. Ao contrário do que muitos pensam e propagam, a exploração racional do pau-brasil manteve boa parte da Mata Atlântica até o final do século 19 e não foi a causa do seu desmatamento, fato bem posterior.

O mesmo ocorreu com os manguezais. Em 1760, um alvará real de Dom José I os protegeu. As Câmaras Municipais foram notificadas e chamadas a aplicá-lo. Em 1797, uma série de cartas régias consolidou as leis ambientais daquele tempo: pertencia à Coroa toda mata à borda da costa, de rio que desembocasse imediatamente no mar ou que permitisse a passagem de jangadas transportadoras de madeiras. A criação dos cargos de Juizes Conservadores, aos quais coube aplicar as penas previstas na legislação, foi outro marco em favor das florestas. As penas eram de multa, prisão, degredo e até pena capital para os incêndios dolosos<sup>4</sup>. No final do século 19, surgiu o *Regimento de Cortes de Madeiras*,

<sup>1</sup> Doutor em ecologia, chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite (mir@cnpm.embrapa.br).

<sup>2</sup> www.cnpm.embrapa.br.

<sup>3</sup> MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Natureza, conservação e cultura. Ensaio sobre as relações homem natureza no Brasil. Metalivros. São Paulo, 2002.

<sup>4</sup> A primeira lei de crimes ambientais da era republicana só foi promulgada em 1999.

estabelecendo regras rigorosas para a derrubada de árvores, além de outras restrições à implantação de roçados.

O desmatamento, dos séculos 17 ao 19, limitou-se a alguns pontos da faixa costeira. Em junho de 1808, D. João VI criou a primeira unidade de conservação florestal, o Real Horto Botânico do Rio de Janeiro, com mais de 2.500 ha<sup>5</sup>. Uma ordem, de 9 de abril de 1809, deu liberdade aos escravos que denunciasses contrabandistas de pau-brasil e o Decreto de 3 de agosto de 1817 proibiu o corte de árvores nas áreas circundantes às nascentes do Rio Carioca. Em 1830, o total acumulado de áreas desmatadas no Brasil era inferior 30 mil quilômetros quadrados<sup>6</sup>. Hoje, desfloresta-se mais do que isso a cada 2 anos.

Em 1844, após uma grande seca, o ministro Almeida Torres propôs desapropriações e plantios de árvores para salvar os mananciais do Rio de Janeiro. Em 1854 e 1856, começaram a ser desapropriados sítios com essa finalidade pelo ministro Couto Ferraz. Em 1861, pelo Decreto Imperial nº 577, de D. Pedro II, foram criadas (e plantadas) as Florestas da Tijuca e das Paineiras.

O pensamento e a crítica ambiental brasileira de hoje resultam de uma continuidade histórica de séculos, uma tradição intelectual única<sup>7</sup>. A política florestal da Coroa portuguesa e brasileira logrou, por diversos mecanismos, manter a cobertura vegetal preservada até o final do século 19. O desmatamento brasileiro é fenômeno do século 20. Entre 1985 e 1995, a Mata Atlântica perdeu mais de 1 milhão de hectares, mais do que toda área desmatada no período da Coroa portuguesa. Em São Paulo, Santa Catarina e no Paraná, a marcha para o oeste trouxe grandes desmatamentos. As florestas de araucárias foram entregues pela *Ré-pública* aos construtores anglo-americanos de ferrovias, junto com as terras adjacentes (15 a 30 km de cada lado!).

Na Amazônia, por 4 séculos, a presença humana limitou-se a cidades ribeirinhas e ao extrativismo. A ocupação desenvolveu-se na segunda metade do século 20 com migrações, crescimento da população, construção de estradas de rodagem, hidrelétricas e outras obras de infra-estrutura. Há 30 anos, as taxas anuais de desmatamento na Amazônia têm variado de 15 mil a 20 mil quilômetros quadrados, com picos de 29 mil e 26 mil quilômetros quadrados, respectivamente em 1995 e 2003, porém com tendência de queda nos últimos 2 anos, passando agora para 11 mil quilômetros quadrados por ano, segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)<sup>8</sup>.

O estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) indica que, apesar do desmatamento dos últimos 30 anos, o Brasil é um dos países que mais mantêm sua cobertura florestal. Dos 100% de suas florestas originais, a África mantém hoje 7,8%, a Ásia 5,6%, a América Central 9,7% e a Europa – o pior caso do mundo – apenas 0,3%. Embora deva-se mencionar o esforço de reflorestar para uso turístico e comercial, não é possível ignorar que 99,7% das florestas primárias europeias foram substituídas por cidades, cultivos e plantações comerciais.

O continente que mais mantém suas florestas originais é a América do Sul, com 54,8%. Com inválveis 69,4% de suas florestas primitivas, o Brasil tem grande autoridade para tratar desse tema ante as críticas dos campeões do desmatamento mundial. Há que ter também responsabilidade para reavivar, por meio de políticas e práticas duradouras, a eficácia das medidas históricas de gestão e exploração que garantiram a manutenção das suas florestas primárias. Um bom começo seria recolocar sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as florestas cultivadas para produção comercial.

<sup>5</sup> Hoje, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi republicanamente reduzido a pouco mais de 100 ha.

<sup>6</sup> CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. Gestão Florestal no Brasil Colônia. UNB, Brasília, 2002.

<sup>7</sup> PADUA, José Augusto. Um sopro de destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>8</sup> Projeto PRODES – [www.obt.inpe.br/prodes/index.html](http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html)